

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PALMA/RS

RELATORIO CIRCUNSTANCIADO DO PREFEITO MUNICIPAL

REFERENTE AO EXERCICIO DE 2013.

Atendendo as disposições da legislação em vigor, apresento a seguir relatório que deve demonstrar o desempenho da administração da Prefeitura Municipal de Nova Palma, no decorrer do exercício de 2013.

Os números são originários dos relatórios emitidos ao longo do exercício de 2013 publicados no mural e internet e e ainda do Site da Transparência obedecendo as determinações legais e , para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada.

1. RESULTADO PRIMÁRIO: O Resultado Primário, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade demonstrar a capacidade de o Município honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias. Nesse cálculo, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas primárias, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito e alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações). No período de JANEIRO a DEZEMBRO de 2013, o resultado primário foi de R\$ **3.935.097,95**. Esse valor foi SUPERIOR ao valor inicialmente estabelecido de R\$ **-586.875,00**. O desempenho demonstra que as receitas primárias suportam integralmente as despesas primárias, cujo dispêndio com juros e amortizações totalizou R\$ **341.773,43** no período.

O resultado observado deveu-se, principalmente, ao comportamento das receitas primárias - representadas pela receita orçamentária, excluídas as aplicações financeiras, deduções para o FUNDEB, operações de crédito, amortização de empréstimos e alienações de ativos - que, no período, efetivaram-se no montante de R\$ **19.554.404,19**. O valor das despesas primárias - representadas pelas despesas totais do Município, expurgados o pagamento da dívida e as concessões de empréstimos - que corresponderam no mesmo período, a R\$ **15.619.306,24**.

QUADRO 1 – RESULTADO PRIMÁRIO (liquidados)

RECEITA	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Receitas Correntes + Intra-Orç	21.140.365,48	21.033.603,01	99,50
(-) Rendimentos de Aplicações	0,00	0,00	
(-) Deduções da Receita Corrente	2.554.400,00	3.609.548,57	
1 (=) Receitas Primárias Correntes	18.585.965,48	17.424.054,44	93,75
Receitas de Capital	1.412.034,52	2.176.200,00	154,12
(-) Operações de Crédito	900,00	0	
(-) Amortização de Empréstimos	30.100,00	45.850,25	
(-) Alienação de Ativos	2.100,00	0,00	
2 (=) Receitas Primárias de Capital	1.378.934,52	2.130.349,75	154,50
3 Receitas Primárias Totais (1+2)	19.964.900,00	19.554.404,19	97,95
	Programada no		

DESPESA	Período		
Despesas Correntes	15.607.125,39	14.872.897,00	95,30
(-) Juros e Encargos da Dívida	50.000,00	23.233,50	
4 (=) Despesas Primárias Correntes	15.557.125,39	14.849.663,50	95,46
Despesas de Capital	2.680.877,40	1.111.416,17	41,46
(-) Concessão de Empréstimos	0,00	0	
(-) Aquisição de Títulos de Capital	0	0	
(-) Amortização da Dívida	278.000,00	341.773,43	
5 (=) Despesas Primárias de Capital	2.402.877,40	769.642,74	232,04
6 Despesas Primárias Líquidas (4+5)	17.960.002,79	15.619.306,24	86,97
7 R.P. Exercícios Anter.	-	-	
RES.CONTING. (8)	517.911,00	0	
RES. CONTING. DO RPPS(8)	1.686.000,00	0	
Despesa Primária Total(9)	20.163.913,79	15.619.306,24	77,47
9. Resultado Primário (3 -9)	-199.013,79	3.935.097,95	

Observações:

- a) De acordo com o disposto na Portaria 575/2007, em avaliação feitas no decorrer do exercício, não deverão ser incluídos os valores das despesas empenhadas que ainda não foram liquidadas. Porém, no encerramento do exercício, as despesas empenhadas, não liquidadas e inscritas em restos a pagar não processados, por constituírem obrigações preexistentes, decorrentes de contratos, convênios e outros instrumentos, deverão compor, em função do empenho legal, o total das despesas realizadas.
- b) Também, de acordo com a referida norma, os recursos provenientes de superávit financeiro identificados no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, que foram utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, bem como os valores referentes aos créditos especiais reabertos no exercício de referência, por pertencerem ao exercício financeiro no qual foram arrecadados, em respeito ao princípio contábil da competência, não poderão ser considerados no cálculo de déficit ou superávit orçamentários, pois representam recursos arrecadados em exercícios anteriores..

2. RECEITA

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital excluídas as deduções para o FUNDEB, foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2013 no montante de R\$ 19.998.000,00. A receita efetivada no período de janeiro a dezembro de 2013 foi de R\$19.678.705,99 tendo sido arrecadado, portanto, 98,41% da meta anual.

QUADRO 2 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

Discriminação	Previsão Anual	Realiz. No Período	% Real. Ano
1 – Receitas Correntes	20.040.365,48	19.659.590,05	98,10
Receita Tributária	1.167.100,00	1.328.263,89	
Receita de Contribuições	528.000,00	754.025,64	
Receita Patrimonial	1.004.819,48	630.512,19	
Receita Agropecuária	-	-	
Receita Industrial	-	-	
Receita de Serviços	123.100,00	85.725,70	
Transferências Correntes	16.984.486,00	16.557.533,14	97,49
Outras Rec. Correntes	232.860,00	303.529,49	
Deduções da Receitas	(2.554.400,00)	3.609.548,57	
REC.INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.100.000,00	1.452.464,51	132,05
2 – Receitas de Capital	1.412.034,52	2.176.200,00	154,12

Operações de Crédito	900,00	-	
Alienação de Bens	2.100,00	16.000,00	
Amort. de Empréstimos	30.100,00	30.978,80	
Transfr. de Capital	1.378.934,52	2.129.221,20	
Outras Rec. De Capital	-	-	
Total da Receita	19.998.000,00	19.678.705,99	98,41

2.1.1 Receita Tributária

A Receita Tributária atingiu até o final do exercício o montante de R\$1.328.263,89, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$1.167.100,00, representa uma realização de 113,81 % da projeção para o período.

Conforme demonstrado no **Quadro 3**, o IPTU arrecadou 115,20% da meta anual, ou seja, previa-se o ingresso de R\$ 400.000,00, tendo sido arrecadados R\$ 460.774,38. A arrecadação dessa receita tem relação direta com o valor venal dos imóveis, tendo sido impactada **positivamente** pela **atualização** do cadastro imobiliário do Município e pela cobrança judicial de créditos fiscais inscritos em dívida ativa.

Do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI - para o qual havia uma projeção de R\$ 76.000,00 para o ano, acumulou-se uma arrecadação de R\$ 149.252,62 - ,196,39% do valor previsto para 2013.

Em relação ao ISSQN, a arrecadação no período foi de R\$285.579,03, o que representa 89,25% da previsão. O bom desempenho dessa importante fonte de receita municipal, deve-se a **implementação** de uma política de combate à sonegação de impostos bem como a **atualização** da legislação municipal face às alterações provocadas pelas Leis Complementares nº 116/2003 e nº 123/2006. É conveniente esclarecer que essa receita não atingiu o valor inicialmente estimado, em virtude da paralisação de obras de construção da extensão da rodovia RST 149 que atravessa o território de nosso município.

As taxas apresentaram o ingresso de R\$ 207.242,21, contra uma projeção de R\$177.100,00. Arrecadou-se, portanto, 117,02% da meta anual.

QUADRO 3 – RECEITAS TRIBUTÁRIAS – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Progr.
Impostos	989.000,00	1.120.193,92	113,27
IPTU	400.000,00	460.774,38	
IRRF	193.000,00	224.587,89	
ITBI	76.000,00	149.252,62	
ISSQN	320.000,00	285.579,03	
Taxas	177.100,00	207.242,21	117,02
Taxas p/ Exerc. Poder de Polícia	57.100,00	139.101,12	
Taxas p/ Prestação de Serviços	120.000,00	68.141,09	
Contribuição de Melhorias	1.000,00	827,76	
Total das Receitas Tributárias	1.167.100,00	1.328.263,89	113,81

2.1.2 Receita de Contribuições

As Receitas de Contribuições + Intra-Orçamentárias + Comp. Previdenciária, acumulou no ano, até o mês de dezembro/2013, o valor R\$ 2.206.490,15

QUADRO 4 – RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Previsto
Contribuições Sociais	388.000,00	754.025,64	194,34
Contribuições Previdenciárias	388.000,00	648.017,97	
Compensação Previdenciária-cta 297	15.000,00	91.633,78	
Rec. Contrib.Intra-Orçamentária	1.100.000,00	1.452.464,51	132,05
Outras Contribuições Sociais	-	-	
Contribuições Econômicas	140.000,00	106.067,67	
Contribuição p/Custeio Ilum. Pública	140.000,00	106.007,67	
Outras Contribuições Econômicas	-	-	
Total das Receitas de Contribuições	1.628.000,00	2.206.490,15	135,54

2.1.3 Transferências Correntes

Conforme se visualiza no **Quadro 5**, no grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM –, que realizou R\$5.864.739,86 no período, correspondendo a 87,80% da previsão anual.

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no I C M S, cujos valores transferidos ao Município, no período em análise, foram de R\$ 5.485.380,31, ou seja, 103,50% da expectativa inicial, que era de R\$ 5.300.000,00.

Informa-se que a partir de 03/2013, por determinação judicial está sendo bloqueada a porcentagem de 28,94%, sobre as cotas do ICMS. A partir de 14/05/2013 por determinação judicial o bloqueio foi reduzido para 14,17%. Até o final de dezembro foram bloqueados R\$528.282,00. Esse bloqueio judicial, mais a o corte de 8% dos recursos do FPM promovido através de Medida Provisória da Presidência da Republica, tiveram um considerável impacto negativo no desempenho da Administração Municipal.

QUADRO 5 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Previsto
Transferências da União	8.432.921,00	7.742.224,26	91,81
Cota parte do F P M	6.680.000,00	5.864.739,86	
Cota parte do I T R	40.000,00	14.605,36	
Cota parte da LC 87/96 (Lei Kandir)	45.000,00	79.500,32	
Cota Parte Fundo Especial (Lei 7525)	100.000,00	83.424,34	
17212211-Rec. Hídricos	100.000,00	209.494,95	
Transferências do SUS	1.077.681,00	1.014.163,75	
Transferências do F N A S	96.310,00	120.302,37	
Transferências do F N D E	252.900,00	270.079,31	
Transferências de Convênios	-	-	
Outras Transf. Da União-Apoio Fin-FEX	41.030,00	-120.897,26	
Transferências do Estado	6.636.935,00	7.013.579,32	105,68
Cota Parte do I C M S	5.300.000,00	5.485.380,31	
Cota Parte do I P V A	420.000,00	594.948,81	
Cota Parte do IPI / Exportação	132.000,00	79.500,32	
Cota parte da C I D E-17220113	40.000,00	674,19	
Transf. Do Fundo Est. Saúde (FES)	725.985,00	813.135,90	

Transf. Fundo Est. Ass. Social (FEAS)			
Transferências de Convênios			
Outras Transferências do Estado	18.950,00	39.939,79	

2.1.4 - Transferências do FUNDEB

QUADRO 6 – TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real /Previsto
Valores Recebidos do FUNDEB	1.742.000,00	1.573.820,73	90,35
Valores Transferidos para o FUNDEB	2.467.400,00	2.365.178,58	95,86
Perda com o FUNDEB	-725.400,00	-791.357,85	109,10
Obs: Queremos deixar clara a nossa inconformidade com essa legislação que pune os pequenos municípios, retirando receitas consideráveis, que se aqui permanecessem atenderiam grande parte das demandas da população.			

Receitas de Capital:

QUADRO 7 – RECEITAS DE CAPITAL – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Receitas de Capital	1.412.034,52	2.176.200,00	154.12
Operações de Crédito	900,00	-	
Alienação de Bens	2.100,00	-16.000,00	
Amortização de Empréstimos	30.100,00	30.978,80	
Transferências de Capital	1.378.934,52	2.129.221,20	
Outras Receitas de Capital-Outras Transf. De Convênios	1.375.344,52	1.891.441,20	

3. DESPESA

Considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total Liquidada, nela incluída a transferência da cota patronal para o RPPS, no período de JANEIRO a DEZEMBRO de 2013, apresentou uma execução inferior à Receita Total realizada. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita total foi de 84,01%, demonstrando um superávit na execução orçamentária de R\$2.3.148.095,45. Esse resultado permite confirmar o atingimento das metas fiscais para o exercício.

As Despesas Liquidadas, e a liquidar considerando as operações intra-orçamentárias (transferências patronais para o RPPS), no acumulado do ano até dezembro de 2013 totalizaram R\$ 16.530.610,53, valor equivalente a 82,67% da previsão para o período. O total das despesas correntes (+intra) realizadas foi de R\$ 14.986.604,00. As despesas de capital totalizaram R\$1.544.006,53 inferior ao valor projetado para o período, de R\$ 2.088.413,31.

QUADRO 8 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Receita Realizada	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
-------------------	-----------------------	----------------------	-----------------

(1) Receita Total	19.998.000,00	19.678.705,99	
Despesa Liquidada	Programada no Período Atualizada	Realizada no Período	% Real / Progr.
Despesas Correntes	14.523.586,69	14.986.604,00	58,54
Pessoal e Encargos Sociais	8.383.026,21	9.543.191,95	
Juros e Encargos da Dívida	50.000,00	23.233,50	
Outras Despesas Correntes	6.090.560,48	5.420.178,55	
Desp. Intra-Orçam.	1.100.000,00	1.321.990,39	
Despesas de Capital	2.088.413,31	1.544.006,53	38,45
Investimentos	1.789.813,31	1.195.116,53	
Inversões Financeiras	20.600,00	-7.116,57	
Amortização da Dívida	278.000,00	341.773,43	
Outras Despesas Capital(Res.Cont)	600.000,00	-	
R P P S(Reserva RPPS)	1.686.000,00	-	
(2) Despesa Total	19.998.000,00	16.530.610,53	51,17
(3) Restos a Pagar não processados	-	-	
Resultado Orçamentário (1-2-3)	-	3.148.095,46	
Relação Despesa/Receita (2 / 1)		84,01	

Observação: Conforme a Portaria STN nº 575/2007, para fins de avaliação das metas, durante o exercício, não deverão ser incluídos os valores das despesas empenhadas que ainda não foram liquidadas. No encerramento do exercício, as despesas empenhadas, não liquidadas e inscritas em restos a pagar não processados, por constituírem obrigações preexistentes, decorrentes de contratos, convênios e outros instrumentos, deverão compor, em função do empenho legal, o total das despesas liquidadas.

3.1 – Juros e Amortização da Dívida

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito e de outros compromissos de longo prazo, somaram R\$23.233,50. Já as despesas com a Amortização da Dívida, com valor de R\$ 341.773,43 representaram um desembolso correspondente a 122,95% do total programado.

4. DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO: Os gastos com Educação atingiram o montante de R\$ 3.338.591,69 que corresponde a 26,72% sobre a Receita líquida de Impostos, Transferências, no valor de 12.495.622,60.

5. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE: Os gastos com saúde atingiram o montante de R\$2.939.728,56, o que corresponde a 24,01% sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências no valor de R\$ 12.246.203,36.

5.1 – DESPESA COM PESSOAL – Os gastos com pessoal no decorrer do exercício, de acordo com o sistema de calculo demonstrado no Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites – RGF – TCE/RS, atingiu um montante de R\$ 7.644.360,93 que correspondem a 48,60 da RCL, ficando portanto dentro dos limites estabelecidos pela LRF. É necessário salientar que o aumento vegetativo da folha de pagamento (anuênios, triênios, gratificações etc) estabelecidos no Plano de Carreira dos servidores, salvo melhor juízo, deverá em médio espaço de tempo superar os limites estabelecidos pela LRF mesmo sem concessão de qualquer tipo de aumento de vencimentos.

6. ANÁLISE DA DÍVIDA PÚBLICA – RESULTADO NOMINAL

No final do exercício em análise, o Resultado Nominal foi de R\$- 660.627,28 o qual foi apurado de acordo com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional, que consiste na verificação da variação do saldo do endividamento no período. Por esta metodologia, leva-se em conta a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida no período de referência e o saldo da dívida fiscal líquida no final do exercício anterior ao de referência, sendo que caso o resultado seja positivo = déficit, e caso negativo = superávit. Pelo resultado apresentado, verifica-se que a dívida fiscal líquida do Município apresenta um saldo **superior** àquele verificado ao final do período anterior, sinalizando, portanto, para um aumento no nível de endividamento municipal.

QUADRO 9 – DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA / RESULTADO NOMINAL

Especificação	Saldo Em 31/12/2012	Saldo Em 31/12/2013	Variação %
I – Dívida Consolidada	375.854,07	1.393.982,00	
(-) Ativo Disponível	1.720.844,16	2.184.459,35	
(-) Haveres Financeiros	3.885,36	1.936,40	
(+) Restos a Pagar Processados	708.247,73	589.310,42	
II – Dívida Consolidada Líquida	-640.597,72	-1.301.225,00	
III – Receita de Privatizações			-
IV – Passivos Reconhecidos			-
			Resultado Nominal
V – Dívida Fiscal Líquida (II+III-IV)	-640.597,72	-1.301.225,00	-660.627,28

Como se verifica, a dívida pública consolidada apresentou saldo de R\$ 1.393.982,00. Comparando-se este saldo com aquele obtido ao final do exercício anterior, verifica-se que houve **acrescimento** resultante da aquisição de uma área de terras destinada à instalação do distrito industrial e outras obras de interesse municipal, devidamente autorizado pela Câmara Municipal.

7. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Conforme a Lei Municipal nº 1.298 DE 16/12/2009, o Município instituiu e mantém Regime Próprio de Previdência Social, destinado ao pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários aos servidores públicos municipais. No período observado, as Receitas Previdenciárias atingiram a soma de R\$ 2.192.316,26, e as despesas com o pagamento de benefícios e outras despesas do regime de previdências, tiveram uma liquidação total de R\$760.175,04, obtendo-se um **resultado superavitário** de R\$ 1.432.141,22, o qual, conjugado com o saldo anterior das disponibilidades financeiras, resulta num montante atual de R\$ 9.392.226,30, os quais se encontram depositados em contas bancárias específicas, devidamente aplicadas em fundos de investimentos. E conveniente informar que no primeiro semestre deste ano, o resultado das aplicações financeiras, tiveram saldo negativo. Essas aplicações são determinadas pelo Ministério da Previdência, e muito embora as reclamações de todos os fundos a legislação continua a mesma.

COMENTÁRIO FINAL: Muito embora as dificuldades do exercício, e ainda a inexistência de transição entre o Governo anterior e o atual, o resultado do período é considerado positivo, eis que, todos os limites foram atingidos, adequamos as despesas à efetiva arrecadação da receita, permitindo que 2013 tenha sido encerrado

sem insuficiência financeira em qualquer vínculo, com todos os compromissos da Administração rigorosamente em dia.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Palma, aos 12 de março de 2014.



Adroaldo José Santi

Prefeito Municipal.